

Conclusões

Analisando o histórico das políticas de tecnologia educacional no Brasil – inauguradas sob a perspectiva da informática educativa – verificamos que estas se desenvolvem de forma paralela às políticas gerais de educação entre os anos 1970 e 1990. Nesse período, enquanto as políticas de educação se desenvolviam sob a influência dos convênios com organismos internacionais, as políticas de tecnologia educacional se alinhavam às diretrizes protecionistas e nacionalistas aplicadas pelo governo militar às políticas de informática.

Tecnologias de informação e comunicação constituíam, no período da ditadura, um assunto estratégico e de segurança nacional. Por isso, o acesso ao processo de formulação das políticas da área - o que inclui as políticas de tecnologia educacional - era restrito, jamais passando pelo Congresso Nacional, instância formal de debate das políticas públicas no país (ALMEIDA MORAES, 2007). Todas as políticas nacionais de tecnologia educacional, da década de setenta a 2007, foram instituídas pelo governo federal, através de decretos ou portarias.

O paralelismo também se observa na “não apropriação” - ou ao menos tardia apropriação - da tecnologia educacional pelos movimentos sociais. Almeida Moraes (1996) cita a ausência do tema nos debates da ANPED entre os anos setenta e noventa. Outro exemplo é a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996, meses antes do lançamento da atual política nacional de TICs nas escolas - o Proinfo - após grande mobilização social em torno da produção de seu texto, que não contém uma única linha sobre tecnologia educacional (DEMO, 2000).

Depois da quebra da reserva de mercado para produtos de informática no país, ocorrida em 1992, tem início uma lenta aproximação entre as políticas de educação e tecnologia educacional, no que se refere ao discurso e à orientação ideológica expressos. O Banco Mundial, que desde os anos 1960 incidia sobre a política educacional brasileira, passa a influenciar também a área de tecnologia educacional. O BID vem a ser, inclusive, um dos financiadores do Proinfo, programa lançado em 1997, que marca definitivamente a convergência de propósitos entre as duas áreas: educação e tecnologia educacional.

Vale ressaltar, no entanto, que apesar da convergência discursiva, as políticas sobre TICs e educação continuam sendo formuladas de maneira idêntica

ao que se processava no âmbito do governo militar. As decisões permanecem restritas à instância federal de gestão, cabendo aos demais atores envolvidos na implementação da política, o papel de executores de ações previamente estabelecidas. Permanecendo restrito o debate, permanece também limitada a apropriação dessas políticas na ponta do sistema educacional, como exemplificam as leituras feitas do Proinfo por gestores da rede pública estadual do Rio de Janeiro, onde o programa funciona, ainda hoje, como um elemento efetivamente paralelo à política geral de educação.

De toda forma, seja sob a orientação nacionalista e protecionista que vigorou durante a ditadura militar, seja sob a influência das tendências neoliberais que emergem no Brasil a partir dos anos noventa, as políticas de tecnologia educacional se mantiveram relacionadas ao atendimento de demandas oriundas de outros campos que não a educação, com ênfase para a área econômica (BONILLA e PRETTO, 2000).

No primeiro momento - do paralelismo entre as políticas - os computadores são levados às escolas para viabilizar a formação de recursos humanos na área de informática, no âmbito de um conjunto de ações empreendidas pelo governo militar para construir a autonomia tecnológica do Brasil na área de tecnologias de informação e comunicação. O mundo encontrava-se mergulhado na Guerra Fria e o controle dos fluxos de informação era entendido como estratégico. Em vários países, setores como informática e telecomunicações eram controlados por empresas estatais, para impedir que informações sigilosas se perdessem no caso de um novo conflito. Quando, no início da década de setenta, as empresas privadas norte americanas desenvolvem uma postura mais agressiva na disputa internacional por mercados, países da Europa, Ásia e América Latina adotam políticas protecionistas para a gestão das TICs (MATTELART, 2006). No Brasil, o governo institui uma reserva de mercado para produtos de informática e constrói uma estratégia para fomentar a indústria nacional do setor, incluindo a construção de políticas de tecnologia educacional (VIGEVANI, 1995; ALMEIDA MORAES, 1996).

A partir da década de noventa, porém, um novo ciclo de acumulação do capital está em processo de consolidação. O Brasil busca inserir-se nesse contexto (FRIGOTTO e CIAVATTA 2003). Como contrapartida a financiamentos oferecidos por agências de fomento ligadas a organismos internacionais –

notadamente o Banco Mundial – o governo brasileiro se submete às orientações dessas agências na condução de suas políticas públicas, muitas vezes subordinando o país aos interesses de uma economia globalizada, na qual os países em desenvolvimento ocupam uma posição de subordinação (FONSECA, 1998). As políticas de tecnologia educacional adquirem a finalidade de preparar a sociedade brasileira para esse novo projeto de sociedade, a partir do ambiente das escolas.

Considerando os objetivos expressos pelas diretrizes do Proinfo (BRASIL, MEC, 1997a), reafirmados no decreto nº 6.300 de 2007 que lança o Proinfo Integrado, os laboratórios de informática nas escolas públicas do país hoje têm como objetivo a inserção dos estudantes brasileiros na chamada sociedade da informação. O termo remete à emergência do “conhecimento” e de seus fluxos como fonte prioritária de produção de riqueza no sistema capitalista. Nesse sentido, formar para a sociedade da informação significa inserir os indivíduos nesse novo sistema produtivo.

A posição do Brasil como país em desenvolvimento, que acata as orientações dos organismos internacionais na formulação e execução de suas políticas de tecnologia educacional, determina como foco dos laboratórios de informática das escolas a formação dos estudantes em duas perspectivas: para operar como força de trabalho num mundo informatizado e para consumir (sobretudo tecnologia) nesse contexto.

*

Mas certamente isso não se dá de forma homogênea ou linear. As contradições se agitam no interior do sistema educacional e no âmbito do próprio governo, principalmente a partir da gestão Lula em função do seu declarado comprometimento com as demandas dos movimentos sociais. Simultaneamente, esse governo aposta na educação à distância, acatando as orientações de organismos internacionais, mas adota o software livre como política pública, contrariando os interesses de corporações multinacionais. No cotidiano das escolas, na mesma medida, observamos acomodações e resistências que respondem, de alguma forma, ao que foi proposto pela política de tecnologia educacional. O desinteresse - segundo depoimento da técnica da secretaria - dos professores de sala de aula da rede pública estadual do Rio de Janeiro, em relação

aos cursos oferecidos pelos NTEs é um exemplo de ocorrência que precisa ser considerada nos encaminhamentos futuros da política.

Em defesa das políticas de tecnologia educacional e dos interesses aos quais elas se relacionam mais intimamente, o governo brasileiro produz um discurso fundado no determinismo tecnológico, tão afeito à pauta das agências internacionais, associado ao uso da noção de inclusão digital, que provém de uma pauta proposta pelos movimentos sociais. O simples acesso ao computador muda a vida das pessoas, como enuncia o cartaz de promoção do Proinfo, produzido e disseminado pelo MEC em 2009. O domínio da tecnologia é apresentado como pré-requisito para o acesso ao trabalho, à renda, à participação social (BRASIL, MEC, 1997a). A “inclusão digital” termina funcionando como um sinônimo de “inclusão social”. Essa tecnologia poderosa e dissociada de ideologias é o elemento a que o Proinfo dará acesso e daí a sua importância.

Ainda com base nos discursos justificatórios do Proinfo, constatamos que a noção de inclusão digital é usada para legitimar a política. Apropriada pelos mais diversos movimentos sociais, a ideia de inclusão digital parece constituir um horizonte a ser perseguido pela sociedade civil, na resistência às exclusões resultantes do avanço da sociedade da informação. Ao associar a atual política de tecnologia educacional à noção de inclusão digital o governo promove o seu agenciamento junto aos mais diferentes grupos que se identificam com essa ideia.

Importante destacar que a mesma associação entre tecnologia educacional e inclusão digital é defendida por organismos internacionais como Unesco e Unicef, envolvidos na promoção de um modelo de sociedade ao qual, a princípio, a ideia de inclusão digital busca enfrentar. Além disso, emerge como contradição o fato de que o Proinfo se mantenha alienado dos debates em curso na sociedade brasileira, que giram em torno da construção de uma política efetiva de inclusão digital, como defendem Bonilla e Pretto (2000). O uso do Fust, o Plano Nacional de Banda Larga, a Conferência Nacional de Comunicação, são temas fundamentais para os movimentos e grupos que lutam pela inclusão digital no Brasil, mas que não aparecem, por exemplo, nas formações promovidas pelo Proinfo, apesar de seu enunciado compromisso com a inclusão digital.

Isso acontece porque, apesar da tentativa governamental em compatibilizar imposições e demandas tão distintas, a tecnologia jamais é neutra:

(...) as tecnologias não são meras ferramentas transparentes; elas não se deixam usar de qualquer modo: são, em última análise, a materialização da racionalidade de uma certa cultura e de um modelo global de organização do poder. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 255-256).

As tecnologias de informação e comunicação - que hoje caracterizamos como hegemônicas - surgem no ambiente da Segunda Grande Guerra Mundial, notadamente uma guerra por mercados, para atender a demandas de um modo de organização material e cultural da existência humana – o capitalismo – essencialmente concentrador e centralizador de riqueza, poder e conhecimento. Posteriormente, será essa riqueza, produzida e concentrada pelos protagonistas desse mesmo sistema, que financiará o desenvolvimento dessas tecnologias, o que denota sua vinculação a um projeto específico de sociedade, embora não se possa negar o efetivo potencial democratizante que elas encerram. O domínio das TICs pode mudar a vida de um grupo de indivíduos, desde que estes tenham condições e espaços para formular um projeto próprio de uso das mesmas, a partir de seus interesses.

Considerando as análises de Silveira (2009) e Warschauer (2006) o Proinfo corresponde a um modelo de inclusão digital que se baseia no acesso físico ao computador conectado, relacionando-se com a perspectiva de formação de consumidores de hardware e software. Essa modalidade de inclusão digital que, segundo os mesmos autores, predomina no Brasil, não viabiliza aos indivíduos desenvolver autonomia para uma apropriação política da tecnologia. Nessa perspectiva, a inclusão digital - ainda que efetivada - não muda a vida das pessoas, como promete o Proinfo, apenas as insere no mercado, da maneira como o mercado as necessita.

**

No nosso entendimento, seria necessário rever os processos por meio dos quais se estabelece o diálogo entre a área de tecnologia educacional e as escolas. O uso da tecnologia jamais configurou uma demanda do setor educação ou, em outras palavras, jamais houve espaço/tempo para que essa demanda aflorasse e fosse efetivamente formulada. Antes que isso acontecesse os computadores já estavam nas escolas para formar recursos humanos para um potencial mercado de informática ou para inserir os indivíduos como operadores/consumidores na sociedade da informação. Dessa forma, a inserção das TICs nas escolas se dá

dissociada das necessidades às quais elas efetivamente poderiam atender. Nessa perspectiva, os laboratórios de informática configuram um “corpo estranho” na escola, um elemento dissociado do cotidiano letivo e dos debates que mobilizam o campo da educação.

Identificamos, como primeiro desafio a ser enfrentado, o paralelismo estabelecido na execução da política de tecnologia educacional em relação à política geral de educação, como ilustra o exemplo da rede pública de ensino, no Rio de Janeiro. Para Candau (1978) quando falamos em tecnologia educacional estamos informando que a tecnologia se insere no campo da educação, colocando-se a serviço do mesmo. “É a tecnologia que sofrerá um tratamento educacional que informará toda a sua realidade” (CANDAU, 1978, p. 62). Sendo assim, as questões inerentes à tecnologia educacional (e a sua política) devem ser tratadas de forma integrada ao contexto geral da educação.

A rede de gestão das políticas de tecnologia educacional se organiza a partir dos NTEs que operam segundo orientações expressas do MEC. Como vimos não são previstos espaços formais e institucionais para adaptar o que é preconizado pela instância federal, nem instâncias estabelecidas para esse tipo de negociação, ainda que isso acabe acontecendo na prática, mas de forma improvisada e sem ser submetida a uma reflexão efetiva, impedindo que as soluções encontradas pela prática, acumulem para o aperfeiçoamento da política nacional. Nesse contexto de rigidez, como será possível articular essa rede com a estrutura previamente existente de administração das redes públicas de ensino? Entretanto, essa articulação na gestão das duas áreas nos parece vital para a efetiva incorporação das TICs pela ponta do sistema de educação.

A questão nos aponta um segundo desafio a ser considerado: a reconstrução de um sentido de participação no âmbito da política pública de tecnologia educacional, no caso, o Proinfo. Isso significaria a criação de instâncias de debate efetivo, onde os atores envolvidos pudessem colocar e negociar suas expectativas e apresentar suas reflexões. Hoje, a política de tecnologia educacional opera no Brasil a partir de uma lógica centralista e vertical: os professores acatam os multiplicadores, que acatam as coordenações estaduais do Proinfo, que acatam a Seed/MEC. “Sem discussão”, como salientou a coordenadora no Núcleo de Tecnologia Educacional entrevistada para esta pesquisa. Essas relações podem ser reconstruídas a partir de uma nova lógica,

onde a idéia de interação deixe de ser expressão de uma tecnologia pontual para se converter em um valor político geral, e onde seja possível substituir o verbo “acatar” por “ouvir”.